

## A FÉ, A LEI E O REI: RETRATOS DA LEITURA NO BRASIL COLONIAL

Márcia Amélia de Oliveira BICALHO\*

*ABSTRACT: This essay aims to describe the influence of religion and the court's reading of colonial Brazil. Presenting the first players in Brazil at a time when the clergy dominated culturally the inhabitants of the colony, especially the so-called 'black earth' and still subject to strict royal laws. The theoretical framework is multidisciplinary, because the sources used by bibliographic searches are based on Villalta (1998), Almeida and Teixeira (2000), Abreu (2001) and Fonseca (2005). Although readers of the time in question have left us few clues as to their customs, but you can infer about their reading habits through historical accounts. This paper presents 'picture' of the readers of the time.*

*KEYWORDS: Colonial Brazil; Empire; Reading.*

### Introdução

Este trabalho tem como objetivo fazer um breve relato sobre o perfil dos leitores do Brasil no período colonial. Para tanto, este estudo apoiar-se-á nas pesquisas de Villalta (1998), Almeida e Teixeira (2000), Abreu (2001) e Fonseca (2005), a escolha desse marco teórico justifica-se devido ao tema abordado com seriedade e ser uma rica fonte documental.

Na busca do perfil dos leitores do Brasil colonial, iniciamos nosso estudo explanando sobre os aspectos históricos da formação da língua portuguesa no Brasil, com a chegada dos portugueses em solo pátrio, a utilização das línguas gerais e a imposição do português como idioma oficial com a chegada da família real. Não poderíamos deixar de mencionar a contribuição da Companhia de Jesus para a educação brasileira e apresentar de forma sucinta como as leis régias influenciaram na educação da colônia.

Com este trabalho, é nosso intuito abordar de forma breve o perfil dos leitores de nosso solo pátrio no período colonial e verificar a contribuição do clero e estado, na formação destes.

### A Formação da Língua Portuguesa em Solo Brasileiro

A língua portuguesa como é conhecida atualmente no Brasil passou por diversas etapas em sua formação. Iniciamos este estudo com a chegada dos portugueses em solo brasileiro, estes ao aportarem encontraram uma sociedade até então desconhecida, que possuía costumes distintos e principalmente uma língua incompreendida.

Neste estudo, corroboramos com as investigações de Villalta (1998) sobre a consolidação da língua portuguesa no Brasil. Assim, segundo o autor, nos idos anos quinhentos existiam aproximadamente 340 línguas indígenas faladas em todo o território da nova colônia. Embora houvesse línguas chamadas de “famílias isoladas”, mas grande parte dessas línguas indígenas faziam parte de quatro grandes troncos lingüísticos: aruaque, karib, tupi e jê. Grande número de índios concentravam-se no litoral, porém, no continente também

---

\* Márcia Amélia de Oliveira Bicalho é doutoranda do Programa de Pós Graduação em Lingüística, na área de Lingüística Histórica; cursa especialização em Criminologia e Psicologia Criminal no Centro Universitário de João Pessoa – UNIPÊ; atua como professora de Metodologia do trabalho Jurídico e Monografia no Centro Universitário de João Pessoa – UNIPÊ desde 2008; tutora a distância da disciplina Metodologia do Trabalho Científico da UFPB Virtual - Letras desde 2007.1.

havia tribos que posteriormente foram contatadas pelos portugueses. No sul da colônia, além das línguas indígenas, havia a língua espanhola, devido à proximidade com as colônias da Espanha.

A maneira que os europeus encontraram para manipular os chamados “brasis” foi à inserção de seus membros nas comunidades indígenas, para que estes criassem laços através de casamentos, e conseqüentemente, descendentes. Não eram apenas os portugueses que andavam em solo brasileiros, mas também, franceses, espanhóis e holandeses. Estes últimos, em momentos restritos da história ocuparam terras em solo brasileiro<sup>1</sup>. Alguns memoráveis portugueses como João Ramalho e o Caramuru, foram os primeiros europeus que se miscigenaram e juntamente com seus descendentes serviram como intérpretes junto aos índios para defender os interesses da colônia. Portanto, é possível inferir que a assimilação da língua e da cultura indígena, tinha propósito de manipulação dos mesmos, e não um processo de aculturação.

Com o recuo dos indígenas para o interior do Brasil, devido ao processo de colonização, os traços da língua indígena marcaram de maneira significativa os ‘falares’ na colônia. A miscigenação das línguas européias, africanas e as línguas de origem tupi foram denominadas de “línguas gerais” e eram faladas em todo o território da colônia. Vale ressaltar a grande contribuição das “línguas gerais” para o avanço econômico e cultural. Essas línguas era a comunicação dos lares. As mulheres, escravos e crianças a utilizavam como língua de comunicação, portanto, embora ousado, podemos afirmar que a língua privada passou a ser meio de comunicação pública, pois alguns fatores foram determinantes para que isso ocorresse, porém, trataremos esse assunto, mais a diante, nesse estudo.

Não apenas os índios, mas também, os africanos contribuíram para a formação da língua portuguesa. Porém, os portugueses foram menos concessivos, eles evitavam a concentração de negros da mesma etnia nos navios negreiros e também nas propriedades, para que eles não formassem núcleos de resistência e nem retivessem a sua cultura africana, bem como a sua língua. Mesmo com a resistência por parte dos colonizadores, o legado africano se faz presente na língua portuguesa, na culinária, nos costumes e também na religião africana praticada no Brasil.

Somente com a instalação da família real portuguesa no Brasil em 1808 que este cenário lingüístico se modificou. Na segunda metade do século XVIII, com as leis Pombalinas foi que a coroa portuguesa voltou-se para as questões da língua, impondo a utilização do português como língua oficial.

Para que a difusão das ‘línguas gerais’ ocorressem na colônia, a influência jesuíta foi decisiva, portanto, um estudo mais detalhado se faz necessário. Passemos a ele.

### **A Importância da Fé na Educação**

Abordar o tema da leitura no Brasil colonial é imprescindível que façamos um estudo acerca da contribuição da Companhia de Jesus na educação dos brasileiros na época em questão. Embora muitos autores critiquem as verdadeiras intenções da educação jesuítica, mas todos são unânimes ao afirmar que a sua contribuição para o ensino da leitura foi muito importante para os primeiros anos da colônia.

Corroborando com este pensamento Azevedo (*apud*, ALMEIDA e TEIXEIRA, 2000), questiona quais eram as verdadeiras intenções da recém criada Companhia de Jesus ao aportar juntamente com Tomé de Souza. Segundo o autor, esta companhia havia sido criada há pouco

---

<sup>1</sup> Deteremo-nos apenas nas contribuições lingüísticas desses europeus, os fatores políticos foram descartados por não ser o objetivo deste estudo.

mais de nove anos e somente em 1540 havia sido reconhecida pelo Papa Paulo III, suas intenções eram difundir o evangelho no continente europeu, pois o movimento protestante, estava corroendo os pilares da Igreja e enfraquecendo o poder da mesma. Possivelmente, as intenções desses religiosos eram a evangelização de uma colônia, recém descoberta e que possuía muitas almas necessitando de salvação.

Com isso, a educação do Brasil no período colonial ficou sob a égide dos jesuítas que fundaram várias escolas, voltadas para a formação de clérigos e leigos. A língua difundida por eles era o Latim. Contudo, souberam adaptar-se bem as línguas indígenas, pois, esta, era indispensável para a catequese entre os ‘*brasis*’. Os missionários aprenderam as línguas indígenas, escreveram alguns livros como *A Gramática da Língua Tupinambá* (a do Padre José de Anchieta, em 1575, a do Padre Luiz Figueira, em 1821) e o *Catecismo na Língua Brasileira* de 1618 e também traduziram as orações do *pai nosso*, *ave Maria* e *credo*. Porém, a utilização das línguas gerais foi decisiva na expansão da religião católica no Brasil e também para o ensino das letras e contas.

De acordo com Fonseca (2005), as escolas jesuíticas possuíam uma maneira de pensar muito rígida e sua interpretação da realidade bastante rigorosa além da formação religiosa, seus estudos voltavam-se para a literatura antiga e para a língua latina. Afirma a autora que, “nelas, os livros eram copiados à mão para que os alunos pudessem estudar”, a escassez de livros nos séculos XVI e XVII obrigava os alunos a reproduzirem os livros para seus estudos. Grande parte dos acervos literários encontrava-se em bibliotecas privadas e boa parte estava relacionada à profissão do proprietário, à religião e à literatura.

A educação não era um direito de todos. Nem prioridade por parte das pessoas mais abastadas. A colônia estava mais interessada em aumentar a sua mão-de-obra, que gerava riquezas, do que investir em educação. Aos mais humildes e mestiços a educação era voltada ao trabalho braçal, que não exigia nenhuma formação escolar; os filhos da elite estudavam com mestres em suas casas ou nas escolas religiosas, poucos buscavam a continuação dos estudos na Europa, pois na colônia ainda não havia universidades. Por outro lado, o pensamento jesuíta sobre a educação era de que a única ciência que deveria ser aprendida era a da salvação das almas. Sob esse pensamento estava a educação dos primeiros brasileiros.

### **As Leis Régias e a Educação**

A educação passou a ser ‘prioridade’ da coroa portuguesa na segunda metade do século XVIII. Até então a educação, como foi explanado, estava sob o comando da Companhia de Jesus, mas para a unificação do território brasileiro o governo português nomeou o Marquês de Pombal para desenvolver uma política da língua, impondo o uso do português em todo o território priorizando o ensino da gramática portuguesa (VILLALTA, 1998).

Em 1759 os jesuítas foram expulsos da colônia, provocando com isso, o fechamento das escolas religiosas, conseqüentemente surgiram às crises nos seminários que estavam sob a influência dos mesmos.

Essa política de imposição da língua portuguesa estava atrelada a uma política de controle da colônia. As escolas, até então voltadas para as práticas religiosas e que não eram tributadas, passaram ao controle da coroa com a finalidade de consolidação do poder português em solo brasileiro. O ensino voltou-se para os interesses da coroa, segundo Fonseca (2005), “a instrução deveria servir de articulação entre os interesses metropolitanos e as atividades coloniais, de acordo com o modelo de colonização adotado”. Era de interesse da coroa portuguesa conquistar um alto capital para passar de um território mercantil, para o regime capitalista de industrialização.

A autora afirma ainda que:

A nova orientação buscou simplificar e abreviar os estudos, com o intuito de aumentar o interesse pelos cursos superiores, permitir o aperfeiçoamento da língua portuguesa, diversificar o conteúdo, incluindo o de natureza científica, procurando torná-los mais práticos.

O Estado passou a financiar o ensino, do ponto de vista pedagógico, a autora afirma que houve um retrocesso, pois o interesse não era exatamente uma educação igual para todos, mas um ensino que diferenciava os filhos da terra: aos mais ricos e portugueses, um estudo direcionado para a vida acadêmica; aos pardos e pobres, deveriam aprender os ofícios de mecânico, lavrar a terra, ou seja, trabalhos forçados que seriam aprendidos com os mestres do ofício. As mulheres não tinham o direito ao ensino das letras e contas, estas aprendiam com seus irmãos, ou quando os próprios fazendeiros mantinham mestres em suas propriedades; a elas cabia apenas aprender os trabalhos domésticos.

As reformas pombalinas trouxeram alguns benefícios para os alunos, a introdução de métodos de ensino mais modernos trazidos da corte e também novos livros. A distribuição dos livros não era uniforme, e estava associada à posição social e a categoria profissional.

Até a chegada da família real portuguesa em 1808 não havia no Brasil tipografias nem universidades. Os livros eram trazidos da Europa e os filhos da elite brasileira iam estudar em Coimbra. Com isso, era latente o atraso social e cultural da colônia. Com a instalação da real família portuguesa no Rio de Janeiro e com a abertura dos portos para as grandes navegações, surgiu uma nova sociedade urbana, aumentado assim, os serviços e o nível educacional.

Com essas mudanças no modo de vida brasileiro no período colonial, é possível inferir quais eram os hábitos de leitura das pessoas, é o que tentaremos resgatar a seguir.

### **Retratos dos Leitores do Brasil no Período Colonial**

Em uma colônia em que a sociedade estava alicerçada no trabalho escravo e onde a elite da época buscava apenas o enriquecimento, seria complexo resgatar o perfil dos seus leitores.

Os leitores da época não nos deixaram muitas pistas de seus hábitos de leitura, com isso, os pesquisadores buscam, nos poucos textos escritos que nos chegaram intactos, reconstituir a história dos livros, bem como de seus leitores no Brasil colonial.

Villalta (1997) em seus estudos sobre inventários em Minas Gerais do período colonial, observou que poucos possuíam livros como bem. Nos registros analisados os livros elencados estavam relacionados à profissão e a religião, poucos eram os livros literários, porém, possuir livro naquela época era símbolo de poder, saber e prazer. Devido ao seu alto valor financeiro, muitos livros eram postos a venda pelos familiares depois de encerrado o inventário.

Também foram fontes das pesquisas de Márcia Abreu (2001), os documentos *post-mortem* dos moradores do Rio de Janeiro do século XIX. Assim como os inventários de Minas Gerais, os cariocas também possuíam um número limitado de livros em suas residências, mas para ser leitor não precisava necessariamente ser o proprietário de livros, em alguns documentos encontraram registros em que o inventariante citava que haviam sido emprestados alguns exemplares.

Em suas pesquisas Abreu (2001) enfatiza ainda, que embora houvesse o predomínio dos chamados livros técnicos, mas ainda era possível encontrar pessoas que mantivessem livros religiosos, com as histórias dos santos, as gramáticas e os dicionários. Dentre os livros

literários e didáticos encontrados havia: *Historie de Gil Blas de Santillane*, algumas obras de Bocage<sup>2</sup>, *As Aventuras de Telêmaco*, *Marília de Dirceu*, *D. Quixote*, dentre outros.

As leituras eram restritas a privacidade das pessoas, mas na época a leitura oral ainda era muito utilizada nas fazendas, onde as crianças sentavam-se a volta dos religiosos ou mulheres (as poucas alfabetizadas), para ouvir as histórias da vida dos santos da igreja e raramente fábulas.

Ler no período colonial era um símbolo de prestígio social e econômico, possuir livros em suas bibliotecas particulares, segundo Abreu (2001), ter livros didáticos, romances ou livros infantis, não transmitiam ao seu proprietário status, pois estes constituíam gênero de pouco valor social. Percebe-se com isso, que desde o início da colonização do nosso país, cultura e educação sempre estiveram à margem do crescimento desenfreado do capitalismo.

### Considerações Finais

Nesse breve estudo, percebe-se que a contribuição da Companhia de Jesus foi fundamental para delinear a educação da colônia. Não nos cabe julgar as intenções que haviam por trás de seu intento (se é que haviam), mas enfatizar que sem o seu auxílio até a metade do século XVIII, os colonizados teriam ficado no esquecimento de nossa história e jamais saberíamos a origem das variantes regionais utilizadas em solo brasileiro até os dias atuais.

A participação da coroa na formação de nossos leitores deixou a desejar, pois não era a intenção desta educar o povo, mas extrair dele e da terra o que tinha de melhor e mais rentável. Quando toma para si a responsabilidade de educar o povo, sua ação volta-se para uma industrialização que não se concretizou, e a educação escolar permaneceu um privilégio de poucos.

Quando nos voltamos ao nosso passado colonial, percebe-se que em nenhum momento a coroa portuguesa estava preocupada com o futuro dos brasileiros, portanto, educar um povo e dar a oportunidade de ler e compreender para seu crescimento intelectual significava um povo consciente de seus deveres e direitos, o que certamente seria uma ameaça ao seu domínio. Estamos vivendo um *dejavu* no Brasil do século XXI.

### Referências

- ALMEIDA, Jerusa da Silva Gonçalves; TEIXEIRA, Gilson Ruy Monteiro. *A Educação no Período Colonial: o sentido da educação na dominação das almas*. Belém: UNAMA, Revista Trilha. Vol. 01. 2000. p.56-65
- FONSECA, Maria Cristina de Assis. *Leitura e Escrita no Brasil Colonial*. In: *A Escrita Oficial: manuscritos paraibanos dos séculos XVIII e XIX*. Recife: Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPE. 2005. p. 76-81
- VILLALTA, Luiz Carlos. *Bibliotecas Privadas e Práticas de Leitura no Brasil Colonial*. 1997. In: <http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/estudos/ensaios/bibliotecas-br.pdf> Acesso em 04.03.2010
- VILLALTA, Luiz Carlos. *O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura*. In: SOUZA, Laura de Melo e. *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras. 1998. p. 331-385.

---

<sup>2</sup> Mesmo com severas censuras, por parte da coroa, mas muitos livros proibidos chegavam ao Brasil de maneira ilegal, vindos da Europa.